



AMAZÔNIA

Estudo aponta potencial extração ilegal de madeira

As taxas decrescentes de desmatamento na Amazônia brasileira são tidas como um sucesso de conservação, mas a extração ilegal de madeira é um problema de escala semelhante. Esforços recentes de regulamentação melhoraram a detecção de algumas formas de extração ilegal de madeira, porém são vulneráveis a métodos mais sutis que mascaram a origem da madeira ilegal.

Pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) coordenam uma pesquisa que confirmou indícios de fraude na extração de espécies madeireiras de alto valor. A conclusão do trabalho, que está publicado na revista *Science Advances* dessa semana, foi divulgada após análises que apontaram discrepâncias consideráveis entre volumes estimados de madeira do inventário florestal nacional do Brasil (RADAM) e os volumes de licenças de corte como indicador de possíveis fraudes na indústria madeireira na Amazônia oriental.

Os pesquisadores reuniram um total de 427 autorizações válidas de exploração - AUTEF (Autorização de Exploração Florestal), emitidas entre 2012 e 2017 e disponíveis no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Silam), da Secre-

taria do Meio Ambiente do Pará. Observaram ainda 426 parcelas do RADAM, de 1 hectare, considerando árvores com DAP (diâmetro na altura do peito) maior que 50 cm, distribuídas espacialmente e de forma independente.

"Encontramos um forte viés de superestimação de volumes de espécies madeireiras de alto valor em licenças de exploração madeireira. Avaliações de campo confirmaram indícios de fraudes para as mais valiosas espécies com objetivo de gerar um excedente de madeira licenciada que possa ser usada para legalizar madeira proveniente da extração ilegal", aponta o estudo da *Science Advances*.

Com os resultados, os pesquisadores indicam que conservar espécies madeireiras da Amazônia requer um novo modelo que inclui aplicação e modernização de licenças de exploração, bem como um envolvimento significativo de todos os grupos de partes interessadas.

Entre as ações sugeridas estão a conversão de processos em papel para plataformas digitais com propósito de reduzir os numerosos problemas causados pela burocracia e pelas oportunidades de corrupção. "Essa medida poderia também aumentar a transparência e permitir uma melhor integração de bancos de dados

existentes para orientar a tomada de decisões", complementam.

Além disso, há o indicativo para que governos estabeleçam parcerias com a comunidade científica para desenvolver soluções eficazes e reduzir o que os cientistas chamam de fosso entre a geração e a aplicação do conhecimento. "Sem um esforço sério para abordar esta questão em larga escala, a degradação das florestas da Amazônia continuará. Portanto, defendemos mudanças no sistema de comando e controle do licenciamento e de auditorias das áreas de exploração para evitar a superexploração de espécies madeireiras da Amazônia e a degradação florestal generalizada associada à extração ilegal de madeira", concluem.

Coordenou o estudo o professor Pedro Brancalion, do departamento de Ciências Florestais da Esalq. Do mesmo departamento, integrou a equipe o professor Edson Vidal, além Danilo Almeida, Vanessa Sontag e Saulo Souza, todos pesquisadores do Laboratório de Silvicultura Tropical (Lastrop) da Esalq. Ainda como co-autores, a pesquisa tem Paulo Guilherme Molin, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e Marke Schulze, professor da Oregon State University.

